

**Rio Paranapanema Energia S.A. e  
Controlada  
Informações Contábeis Intermediárias  
Individuais e Consolidadas**

Referentes ao Período de Três Meses findo  
em 31 de março de 2018 e  
Relatório sobre a Revisão de Informações  
Trimestrais

## Sumário

<b>RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....</b>	<b>4</b>
<b>COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....</b>	<b>6</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....</b>	<b>10</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....</b>	<b>11</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....</b>	<b>12</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....</b>	<b>13</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>13</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>14</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....</b>	<b>15</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1. <b>INFORMAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>16</b>
1.1. <b>Contexto operacional .....</b>	<b>16</b>
1.2. <b>Leilão de oferta pública de ações .....</b>	<b>16</b>
1.3. <b>Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF) .....</b>	<b>17</b>
1.4. <b>Liminar de prioridade na liquidação da CCEE .....</b>	<b>18</b>
1.5. <b>Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas.....</b>	<b>19</b>
1.6. <b>Marco legal do setor elétrico .....</b>	<b>19</b>
1.7. <b>Aprovação das demonstrações financeiras.....</b>	<b>20</b>
2. <b>RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>20</b>
2.1. <b>Base de preparação .....</b>	<b>20</b>
2.2. <b>Consolidação.....</b>	<b>20</b>
2.3. <b>Contratos de Concessão.....</b>	<b>21</b>
2.4. <b>Resoluções Autorizativas .....</b>	<b>21</b>
2.5. <b><i>Impairment</i> de ativos não financeiros .....</b>	<b>21</b>
3. <b>ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS .....</b>	<b>21</b>
3.1. <b>Novos pronunciamentos CPC .....</b>	<b>21</b>
3.1.1. <b>CPC 47/IFRS 15 .....</b>	<b>21</b>
3.1.2. <b>CPC 48/IFRS 9 .....</b>	<b>22</b>
4. <b>GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO.....</b>	<b>22</b>
4.1. <b>Análise da sensibilidade .....</b>	<b>23</b>
4.2. <b>Gestão de capital .....</b>	<b>23</b>
5. <b>QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS .....</b>	<b>24</b>
6. <b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....</b>	<b>24</b>
7. <b>CLIENTES.....</b>	<b>24</b>
7.1. <b>Composição do saldo .....</b>	<b>24</b>
7.2. <b>Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber .....</b>	<b>25</b>
7.3. <b>Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD) .....</b>	<b>25</b>
8. <b>TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER .....</b>	<b>25</b>
8.1. <b>Benefício fiscal – Ágio incorporado.....</b>	<b>26</b>
9. <b>DEPÓSITOS JUDICIAIS .....</b>	<b>26</b>
10. <b>INVESTIMENTO .....</b>	<b>27</b>
10.1. <b>Controlada – Valor patrimonial.....</b>	<b>27</b>
10.2. <b>Movimentação dos investimentos da Controlada .....</b>	<b>27</b>
10.3. <b>Informações financeiras da Controlada .....</b>	<b>27</b>
11. <b>IMOBILIZADO .....</b>	<b>27</b>
11.1. <b>Composição.....</b>	<b>27</b>
11.2. <b>Movimentação do ativo imobilizado .....</b>	<b>28</b>
12. <b>INTANGÍVEL .....</b>	<b>29</b>
12.1. <b>Composição.....</b>	<b>29</b>
12.2. <b>Movimentação do ativo intangível .....</b>	<b>29</b>
13. <b>FORNECEDORES.....</b>	<b>30</b>
14. <b>PARTES RELACIONADAS.....</b>	<b>30</b>
14.1. <b>Transações e saldos .....</b>	<b>30</b>
14.2. <b>Remuneração do pessoal-chave da Administração.....</b>	<b>31</b>
15. <b>DEBÊNTURES .....</b>	<b>31</b>
15.1. <b>Composição.....</b>	<b>31</b>

15.2. Vencimento .....	31
15.3. Movimentação .....	32
15.4. Covenants financeiros.....	32
15.5. Covenants não financeiros .....	32
16. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA .....	32
17. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA .....	32
18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS .....	33
18.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais .....	33
18.2. Contingências possíveis .....	34
19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (*) .....	35
20. ENCARGOS SETORIAIS .....	35
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	35
21.1. Capital Social.....	35
21.2. Reservas de Capital.....	36
21.3. Reservas de Lucros .....	36
21.4. Lucros acumulados .....	36
21.5. Ajustes de avaliação patrimonial .....	37
21.6. Outros resultados abrangentes.....	37
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	38
23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	38
23.1. Energia elétrica vendida.....	38
23.2. Energia elétrica comprada para revenda.....	39
23.3. Encargos de uso da rede elétrica.....	39
24. RESULTADO FINANCEIRO .....	40
25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	40
26. LUCRO POR AÇÃO .....	41
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	41
27.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial .....	42
27.2. Risco de liquidez.....	42
28. SEGUROS .....	42
29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA.....	42
30. COMPROMISSOS .....	43
30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica.....	43
31. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	43
31.1. Debêntures – 8ª. emissão de Debêntures .....	43
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA.....	44
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO.....	45

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS



### **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais**

Aos Administradores e Acionistas  
Rio Paranapanema Energia S.A.

#### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Rio Paranapanema Energia S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Rio Paranapanema Energia S.A.

#### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2018

*PwC*  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5  
  
*pl-* *gj-*  
Valdir Renato Cescodai  
Contador CRC 1SP165875/O-6

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO  
 PERÍODOS DE 1º DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Principais indicadores (em milhares de Reais)**

	<b>Consolidado</b>		<b>% Variação</b>
	<b>1T2018</b>	<b>1T2017</b>	
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	347.011	419.186	-17,2
(-) Deduções à receita operacional	(37.749)	(42.880)	12,0
Receita operacional líquida	309.262	376.306	-17,8
(-) Despesas operacionais	(146.403)	(154.782)	5,4
Resultado do serviço	162.859	221.524	-26,5
Ebitda	218.617	277.815	-21,3
<i>Margem ebitda - %</i>	<i>70,7%</i>	<i>73,8%</i>	<i>-3,1 p.p.</i>
Resultado financeiro	(34.087)	(28.063)	-21,5
Resultado operacional	128.772	193.461	-33,4
Lucro líquido do período	85.671	127.904	-33,0
<i>Margem líquida - %</i>	<i>27,7%</i>	<i>34,0%</i>	<i>-6,3 p.p.</i>
<b>Ações</b>			
Ações em circulação (em milhares de ações)	94.433	94.433	-
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais)	907,21	1.354,43	-33,0

Dos valores consolidados apresentados acima, a controlada representa 2,6% da receita operacional líquida, ou R\$ 8,2 milhões (2,0% ou R\$ 7,6 milhões no 1º trimestre de 2017), 3,8% da despesa operacional, ou R\$ 5,5 milhões (3,4% ou R\$ 5,3 milhões no 1º trimestre de 2017) 3,7% do lucro líquido registrado no trimestre, representando R\$ 2,9 milhões (2,5% ou R\$ 3,2 milhões do lucro registrado no 1º trimestre de 2017).

A redução da receita consolidada é decorrente principalmente da estratégia da Companhia para o período, visando mitigar os efeitos hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF) no decorrer do ano. Além do efeito negativo referente à redução da garantia física da Companhia, a partir da Portaria 178/2017.

	<b>Consolidado</b>		<b>% Variação</b>
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>	
<b>Indicadores financeiros</b>			
Ativos totais	4.355.816	4.308.307	1,1
Dívidas em moeda nacional	(1.499.456)	(1.467.610)	-2,2
Patrimônio líquido	(1.779.550)	(1.900.233)	6,4

### Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais (em milhares de Reais)

	<b>Consolidado</b>		<b>% Variação</b>
	<b>1T2018</b>	<b>1T2017</b>	
Depreciação e amortização	(55.758)	(56.291)	0,9
Encargos de uso da rede elétrica	(30.705)	(29.109)	-5,5
Pessoal	(17.574)	(27.085)	35,1
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(17.420)	(18.315)	4,9
Serviços de terceiros	(8.890)	(9.992)	11,0
Energia comprada para revenda	(8.050)	(223)	-3.509,9
Outras	(2.970)	(4.600)	35,5
Seguros	(2.756)	(2.781)	0,9
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)	(1.407)	(1.403)	-0,3
Material	(881)	(1.385)	36,4
Aluguéis	(669)	(925)	27,7
Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(70)	(2.726)	97,4
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	747	53	1.305,7
	<b>(146.403)</b>	<b>(154.782)</b>	<b>5,4</b>

As despesas operacionais totalizaram R\$ 146,4 milhões no 1º trimestre de 2018, uma redução de 5,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 154,8 milhões).

Os principais fatores que impactaram as despesas operacionais foram:

- Encargos de uso da rede elétrica: o aumento de R\$ 1,6 milhão ou 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente dos reajustes inflacionários incidentes sobre estes encargos durante 2018;
- Pessoal: a redução de R\$ 9,5 milhões ou 35,1% em relação ao mesmo período do ano anterior é decorrente da reestruturação organizacional da Companhia, ocorrida no 1º trimestre de 2017.
- Energia comprada para revenda: aumento de R\$ 7,8 milhões, ou 3.509,9% em relação ao mesmo período do ano anterior devido à estratégia adotada pela Companhia para mitigação da exposição financeira causada por risco hidrológico, no exercício de 2018;
- Outras despesas: redução de R\$ 1,6 milhões no primeiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, representado, principalmente, por baixas de ativos relativas às modernizações e reformas nas Usinas Hidrelétricas de Capivara e Chavantes ocorridas em 2017;
- Constituição de estimativa para crédito de liquidação duvidosa: redução de R\$ 2,6 milhões, ou 97,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, essa variação decorre basicamente em função das estimativas referentes ao suprimento de energia relacionada aos contratos de leilão contabilizados em 2017;

### Ebitda e margem Ebitda (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	1T2018	1T2017	
Lucro líquido do período	85.671	127.904	-33,0%
Imposto de renda e contribuição social	43.101	65.557	34,3%
Resultado financeiro (líquido)	34.087	28.063	-21,5%
Depreciação e amortização	55.758	56.291	0,9%
<b>Ebitda</b>	<b>218.617</b>	<b>277.815</b>	<b>-21,3%</b>
<i>Margem Ebitda</i>	<i>70,7%</i>	<i>73,8%</i>	

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda diminuiu 21,3% em comparação ao mesmo período no ano anterior, principalmente em decorrência da redução da receita líquida e pelo aumento do volume de energia comprada para revenda. A margem Ebitida, de 70,7%, reduziu 3,1 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior.

### Resultado financeiro (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	1T2018	1T2017	
Receitas	15.211	24.216	-37,2
Despesas	(49.298)	(52.279)	5,7
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(34.087)</b>	<b>(28.063)</b>	<b>-21,5</b>

O resultado financeiro líquido apresentado no 1º trimestre de 2018 foi uma despesa de R\$ 34,1 milhões, o que representa um impacto negativo de 21,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre basicamente em função da redução das receitas financeiras provocada principalmente pela redução das taxas de juros disponíveis, bem como a remuneração das debêntures em seus termos pré-contratados.

### Debêntures (em milhares de Reais)

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Consolidado	
				31/03/2018	31/03/2017
4 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,65% a.a.	16/07/2018	84.522	170.820
4 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 6,07 % a.a.	16/07/2023	346.919	337.434
5 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,89% a.a.	20/05/2019	163.208	249.860
5 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 7,01% a.a.	20/05/2021	319.968	311.117
6 <sup>a</sup>	Única	Variação CDI + 2,00% a.a.	10/09/2018	160.464	160.331
7 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,40% a.a.	15/08/2020	220.337	-
7 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 5,90% a.a.	15/08/2022	204.038	-
				<b>1.499.456</b>	<b>1.229.562</b>

O saldo de debêntures da Controladora, no 1º trimestre de 2018, é de R\$ 1.499,5 milhões, superior em 22,0% em comparação aos R\$ 1.229,6 milhões, do mesmo período do ano anterior.

Esse aumento é resultado principalmente da captação da 7<sup>a</sup> emissão (ocorrida em setembro de 2017), somado à apropriação contábil de juros e variação monetária, compensados pela amortização da 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> emissões (série 1) e pagamento de juros da 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> emissões.

### Empréstimo (em milhares de Reais)

	Remuneração	Vencimento	Consolidado	
			31/03/2018	31/03/2017
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	Variação CDI + 1,4% a.a.	05/05/2017	-	238.048

Em 2015, a Controladora realizou captação de empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181 milhões, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,4% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo era de dois anos. Não havia ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas. O empréstimo foi liquidado em razão de seu vencimento.

### Dívida financeira líquida (em milhares de Reais)

	Consolidado		% Variação
	31/03/2018	31/03/2017	
Empréstimo	-	238.048	100,0
Debêntures	1.499.456	1.229.562	-22,0
Curto Prazo	362.532	210.348	-72,3
Longo Prazo	1.136.924	1.019.214	-11,5
Caixa	(878.776)	(770.167)	14,1
<b>Dívida Líquida</b>	<b>620.680</b>	<b>697.443</b>	<b>11,0</b>

A dívida líquida consolidada é composta pelo endividamento, deduzido recursos de caixa e equivalentes de caixa. Em comparação com o mesmo período de 2017, recuou 11,0% principalmente em decorrência da geração de caixa decorrente da operação normal da Companhia e sua Controlada.

### Lucro líquido do período

Em função dos itens supracitados a Companhia registrou, no primeiro trimestre de 2018, lucro líquido de R\$ 85,7 milhões, resultado inferior em 33,0% comparado ao lucro de R\$ 127,9 milhões, registrados no mesmo período do ano anterior.

A Controladora registrou como equivalência patrimonial, o efeito do resultado apurado de sua controlada, no montante de R\$ 2,9 milhões (R\$ 3,2 milhões em 31/03/2017).

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	795.713	899.463	878.776	976.841
Clientes	7	128.060	146.912	131.004	149.874
Tributos a recuperar	8	6.362	14.270	8.566	16.460
Serviços em curso		8.949	10.054	8.949	10.054
Despesas antecipadas		4.319	7.075	4.375	7.173
Devedores diversos		1.316	1.552	1.701	1.927
Partes relacionadas	14.1	550	700	550	700
Outros ativos		102	115	102	115
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>945.371</b>	<b>1.080.141</b>	<b>1.034.023</b>	<b>1.163.144</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Tributos a recuperar	8	960	960	2.297	2.286
Tributos diferidos	8	135.285	114.677	135.285	114.677
Depósitos judiciais	9	51.786	51.019	51.786	51.019
Fundos vinculados		419	324	419	324
Despesas antecipadas		2.748	2.814	2.748	2.814
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>191.198</b>	<b>169.794</b>	<b>192.535</b>	<b>171.120</b>
Investimentos		238.274	235.397	2	2
Controladas	10	238.272	235.395	-	-
Outros		2	2	2	2
Imobilizado	11	2.927.813	2.970.417	3.095.609	3.140.463
Intangível	12	30.725	31.687	33.647	34.965
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.388.010</b>	<b>3.407.295</b>	<b>3.321.793</b>	<b>3.346.550</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.333.381</b>	<b>4.487.436</b>	<b>4.355.816</b>	<b>4.509.694</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	13	719.856	659.902	737.707	676.915
Salários e encargos sociais		9.366	13.275	9.590	13.529
Debêntures	15	362.532	360.173	362.532	360.173
Tributos a recolher	8	64.849	309.392	65.685	310.254
Dividendos e juros sobre capital próprio		125.951	189.012	125.951	189.012
Obrigações estimadas		7.503	7.242	7.686	7.408
Cibacap	16	890	890	890	890
Encargos setoriais	20	23.062	24.604	23.069	24.611
Receitas diferidas		4.229	5.565	4.333	5.694
Outros passivos		411	480	2.696	3.329
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.318.649</b>	<b>1.570.535</b>	<b>1.340.139</b>	<b>1.591.815</b>
<b>Não circulante</b>					
Debêntures	15	1.136.924	1.127.521	1.136.924	1.127.521
Receitas diferidas		20.522	19.831	20.967	20.323
Obrigações especiais	19	1.257	1.385	1.257	1.385
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	18	33.292	33.606	33.792	34.092
Cibacap	16	10.032	9.881	10.032	9.881
Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	18.282	17.568	18.282	17.568
Encargos setoriais	20	9.239	7.713	9.239	7.713
Outras obrigações regulatórias (RGR - 1970)		4.854	4.947	4.854	4.947
Outros passivos		780	780	780	780
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.235.182</b>	<b>1.223.232</b>	<b>1.236.127</b>	<b>1.224.210</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.553.831</b>	<b>2.793.767</b>	<b>2.576.266</b>	<b>2.816.025</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21.1	839.138	839.138	839.138	839.138
Reservas de capital	21.2	116.804	116.804	116.804	116.804
Reserva de lucros	21.3	157.232	157.022	157.232	157.022
Lucros acumulados	21.4	102.263	-	102.263	-
Ajustes de avaliação patrimonial	21.5	696.558	713.150	696.558	713.150
Outros resultados abrangentes	21.7	(132.445)	(132.445)	(132.445)	(132.445)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.779.550</b>	<b>1.693.669</b>	<b>1.779.550</b>	<b>1.693.669</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.333.381</b>	<b>4.487.436</b>	<b>4.355.816</b>	<b>4.509.694</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Receita operacional líquida</b>	22	<b>301.109</b>	<b>368.687</b>	<b>309.262</b>	<b>376.306</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>					
Pessoal		(10.857)	(12.118)	(11.375)	(12.640)
Material		(743)	(1.114)	(818)	(1.307)
Serviços de terceiros		(5.013)	(5.621)	(6.002)	(7.087)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(1.386)	(1.383)	(1.407)	(1.403)
Energia comprada para revenda	23.2	(7.303)	(164)	(8.050)	(223)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(30.583)	(28.992)	(30.705)	(29.109)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(17.420)	(18.315)	(17.420)	(18.315)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(52.329)	(53.348)	(55.023)	(55.801)
Reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		497	154	497	154
Aluguéis		-	(2)	-	(7)
Seguros		(2.717)	(2.697)	(2.756)	(2.781)
Outras		(307)	(375)	(317)	(416)
		<b>(128.161)</b>	<b>(123.975)</b>	<b>(133.376)</b>	<b>(128.935)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>172.948</b>	<b>244.712</b>	<b>175.886</b>	<b>247.371</b>
<b>(Despesas) / receitas operacionais</b>					
Pessoal		(6.199)	(14.445)	(6.199)	(14.445)
Material		(63)	(76)	(63)	(78)
Serviços de terceiros		(2.782)	(2.797)	(2.888)	(2.905)
Depreciação e amortização	11.2 e 12.2	(726)	(481)	(735)	(490)
Reversão / (constituição) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		250	(101)	250	(101)
Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7.3	-	(2.726)	(70)	(2.726)
Aluguéis		(618)	(844)	(669)	(918)
Outras		(2.565)	(4.081)	(2.653)	(4.184)
		<b>(12.703)</b>	<b>(25.551)</b>	<b>(13.027)</b>	<b>(25.847)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	10	<b>2.876</b>	<b>3.200</b>	-	-
<b>Lucro operacional</b>		<b>163.121</b>	<b>222.361</b>	<b>162.859</b>	<b>221.524</b>
<b>Resultado financeiro</b>	24				
Receitas		<b>13.934</b>	<b>22.522</b>	<b>15.211</b>	<b>24.216</b>
Despesas		(48.985)	(52.236)	(49.298)	(52.279)
		<b>(35.051)</b>	<b>(29.714)</b>	<b>(34.087)</b>	<b>(28.063)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>128.070</b>	<b>192.647</b>	<b>128.772</b>	<b>193.461</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	25				
Corrente		(63.115)	(75.207)	(63.817)	(76.021)
Diferido		20.716	10.464	20.716	10.464
		<b>(42.399)</b>	<b>(64.743)</b>	<b>(43.101)</b>	<b>(65.557)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>85.671</b>	<b>127.904</b>	<b>85.671</b>	<b>127.904</b>
<b>Lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)</b>					
Lucro básico e diluído por ação PN	26	0,90721	1,35443	0,90721	1,35443
Lucro básico e diluído por ação ON	26	0,90721	1,35443	0,90721	1,35443

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
<b>Lucro Líquido do período</b>	<b>85.671</b>	<b>127.904</b>
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	318	516
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(108)	(175)
	<b>210</b>	<b>341</b>
<b>Resultado Abrangente do período</b>	<b>85.881</b>	<b>128.245</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial (vide Nota 21.5)	Outros Resultados Abrangentes (vide Nota 21.6)	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>839.138</b>	<b>116.804</b>	<b>157.022</b>	-	713.150	(132.445)	1.693.669
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	85.671	-	-	85.671
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	318	318
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	-	(108)	(108)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	210	-	-	(210)	-
	-	-	210	85.671	-	-	85.881
Contribuições e distribuições aos acionistas							
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	25.140	(25.140)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.548)	8.548	-	-
	-	-	-	16.592	(16.592)	-	-
<b>Saldos em 31 de março de 2018</b>	<b>839.138</b>	<b>116.804</b>	<b>157.232</b>	<b>102.263</b>	<b>696.558</b>	<b>(132.445)</b>	<b>1.779.550</b>

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
		Capital	Lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>839.138</b>	<b>116.804</b>	<b>155.753</b>	-	792.738	(132.445)	1.771.988
Resultado abrangente do período							
Lucro líquido do período	-	-	-	127.904	-	-	127.904
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	516	516
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	-	(175)	(175)
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	-	-	341	-	-	(341)	-
	-	-	341	127.904	-	-	128.245
Contribuições e distribuições aos acionistas							
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	28.052	(28.052)	-	-
Imposto diferido sobre a realização dos ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(9.538)	9.538	-	-
	-	-	-	18.514	(18.514)	-	-
<b>Saldos em 31 de março de 2017</b>	<b>839.138</b>	<b>116.804</b>	<b>156.094</b>	<b>146.418</b>	<b>774.224</b>	<b>(132.445)</b>	<b>1.900.233</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	128.070	192.647	128.772	193.461
<b>Ajustes em:</b>				
Depreciação e amortização	53.055	53.829	55.760	56.291
Perdas na baixa do ativo imobilizado/intangível	1.186	3.117	1.186	3.140
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	(25)
Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	2.727	70	2.727
Juros sobre empréstimo CCB	-	7.820	-	7.820
Juros sobre debêntures	24.757	29.339	24.757	29.339
Amortização de custos de transação sobre debêntures	678	428	678	428
Variação monetária sobre debêntures	8.964	6.645	8.964	6.645
Reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(747)	(53)	(747)	(53)
Variação monetária sobre provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	453	631	467	645
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(590)	(1.104)	(590)	(1.105)
Equivalência patrimonial	(2.876)	(3.200)	-	-
	<b>84.880</b>	<b>100.179</b>	<b>90.545</b>	<b>105.852</b>
<b>Variações nos ativos</b>				
Clientes	18.852	(44.967)	18.800	(45.444)
Devedores diversos	236	178	226	172
Partes relacionadas	150	(25)	150	(25)
Depósitos judiciais	(221)	-	(221)	-
Serviços em curso	(523)	(987)	(523)	(987)
Fundos vinculados	(95)	(95)	(95)	(95)
Despesas antecipadas	2.822	(2.939)	2.864	(3.029)
Outras variações ativas	12	(17)	12	(18)
	<b>21.233</b>	<b>(48.852)</b>	<b>21.213</b>	<b>(49.426)</b>
<b>Variações nos passivos</b>				
Fornecedores	60.668	18.650	61.506	18.508
Salários e encargos sociais	(3.909)	(5.558)	(3.939)	(5.561)
Impostos, taxas e contribuições	(12.012)	(11.130)	(12.071)	(11.368)
Obrigações estimadas	261	227	278	214
Receita diferida	(645)	2.993	(716)	2.960
Cibacap	151	75	151	75
Reversão / (constituição) de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	24	(501)	24	(501)
Outras variações passivas	1.768	(375)	1.202	3.868
	<b>46.306</b>	<b>4.381</b>	<b>46.435</b>	<b>8.195</b>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>				
	<b>280.489</b>	<b>248.355</b>	<b>286.965</b>	<b>258.082</b>
Juros pagos sobre debêntures	(22.637)	(29.373)	(22.637)	(29.373)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(287.738)	(162.248)	(288.432)	(163.025)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(29.886)</b>	<b>56.734</b>	<b>(24.104)</b>	<b>65.684</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimentos</b>				
Recebimento na venda de imobilizado	-	170	-	170
Adições no ativo imobilizado	(10.764)	(15.627)	(10.861)	(15.985)
Adições no ativo intangível	(39)	(36)	(39)	(4.270)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(10.803)</b>	<b>(15.493)</b>	<b>(10.900)</b>	<b>(20.085)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>				
Pagamento de debêntures	-	(75.000)	-	(75.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(63.061)	(52.995)	(63.061)	(52.995)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(63.061)</b>	<b>(127.995)</b>	<b>(63.061)</b>	<b>(127.995)</b>
<b>Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(103.750)</b>	<b>(86.754)</b>	<b>(98.065)</b>	<b>(82.396)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>899.463</b>	<b>798.120</b>	<b>976.841</b>	<b>852.563</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>795.713</b>	<b>711.366</b>	<b>878.776</b>	<b>770.167</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Receitas</b>				
Vendas de energia	338.415	411.139	346.871	419.048
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10.764	15.627	10.861	15.984
Constituição de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.727)	(70)	(2.727)
	<b>349.179</b>	<b>424.039</b>	<b>357.662</b>	<b>432.305</b>
<b>Insu</b> mos adquiridos de terceiros				
Energia comprada e encargos de uso da rede	(37.886)	(29.156)	(38.755)	(29.332)
Materiais e serviços de terceiros	(19.365)	(25.235)	(20.632)	(27.360)
Outros custos operacionais	(4.440)	(6.543)	(4.507)	(6.672)
	<b>(61.691)</b>	<b>(60.934)</b>	<b>(63.894)</b>	<b>(63.364)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>287.488</b>	<b>363.105</b>	<b>293.768</b>	<b>368.941</b>
Depreciação e amortização	(53.055)	(53.829)	(55.758)	(56.291)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>234.433</b>	<b>309.276</b>	<b>238.010</b>	<b>312.650</b>
Aluguéis	140	139	140	139
Resultado de equivalência patrimonial	2.876	3.200	-	-
Receitas financeiras	13.934	22.522	15.211	24.216
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>16.950</b>	<b>25.861</b>	<b>15.351</b>	<b>24.355</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>251.383</b>	<b>335.137</b>	<b>253.361</b>	<b>337.005</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	9.375	13.912	9.669	14.176
Benefícios	2.588	2.796	2.695	2.898
FGTS	998	2.481	1.022	2.503
Provisão para gratificação (bônus)	105	2.746	100	2.778
Participação nos resultados	707	975	729	1.005
Encargos sociais (exceto INSS)	924	953	944	973
	<b>14.697</b>	<b>23.863</b>	<b>15.159</b>	<b>24.333</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	98.070	124.639	99.220	125.913
Estaduais	3.322	5.592	3.324	5.594
Municipais	20	57	20	57
	<b>101.412</b>	<b>130.288</b>	<b>102.564</b>	<b>131.564</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
Aluguéis	618	846	669	925
Juros e amortização de custos sobre debêntures	25.435	29.757	25.435	29.757
Juros sobre empréstimos	-	7.821	-	7.821
Variação monetária sobre debêntures	8.964	6.645	8.964	6.645
Outras despesas financeiras	14.586	8.013	14.899	8.056
	<b>49.603</b>	<b>53.082</b>	<b>49.967</b>	<b>53.204</b>
<b>Outros</b>				
Lucros retidos	102.263	146.418	102.263	146.418
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	(16.592)	(18.514)	(16.592)	(18.514)
	<b>85.671</b>	<b>127.904</b>	<b>85.671</b>	<b>127.904</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>251.383</b>	<b>335.137</b>	<b>253.361</b>	<b>337.005</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR EM 31 DE MARÇO DE 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de produtora independente, com sede em São Paulo, tem como atividades principais a geração e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 2.249,3 MW, composta pelo seguinte parque gerador em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu, UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e II.

Conforme mencionado na nota 10, a Companhia detém 99,99% de participação societária na empresa Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (“Controlada” ou “Sapucaí Mirim”).

A capacidade instalada da Controlada é de 32,5 MW, composta pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Retiro e Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

A partir de 2018, de acordo com o Despacho Aneel n.º 91 de 16 de janeiro de 2018, a Companhia passou a fazer parte do contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017 e segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016.

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 373.278 na Controlada e R\$ 306.116 no Consolidado, principalmente em virtude de:

- i. Transferência para o passivo circulante do saldo da 6ª emissão de debêntures, com liquidação marcada para setembro de 2018;
- ii. Provisionamento de dividendos.

A administração analisou toda informação disponível de seus fluxos de caixa e concluiu que contará recursos suficientes para lidar com o capital circulante líquido negativo.

### 1.2. Leilão de oferta pública de ações

De acordo com o fato relevante publicado dia 28 de julho de 2017, e em virtude reestruturação societária ocorrida em 2016, foi realizado com sucesso o leilão da oferta pública para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais em circulação da Companhia realizada pela China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.à.r.l. (“Ofertante”).

Como resultado do Leilão, a Ofertante adquiriu na data de liquidação financeira da Oferta, ocorrida em 28 de julho de 2017, 1.070.700 (um milhão, setenta mil e setecentas) ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas 1,13% do capital social total da Companhia. As ações foram adquiridas ao preço unitário de R\$ 27,58 (vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 29.529.906,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e seis reais).

Assim, a ofertante, na qualidade de controladora indireta da Companhia, passou a deter indiretamente após a liquidação financeira da Oferta, 99,06% das ações ordinárias, 93,17% das ações preferenciais e 96,19% do capital social total da Companhia.

Foi transferida via Aumento de Capital a totalidade das Ações Objeto da Oferta para a Rio Paranapanema Participações S.A., pelo mesmo preço oferecido no âmbito da Oferta, ou seja, R\$ 27,58 (vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 29.529.906,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil e novecentos e seis reais). (vide Nota 21.1)

### **1.3. Liminar sobre o fator de ajuste de energia (GSF)**

O Brasil ainda sente os efeitos da severa crise hidrológica ocorrida nos últimos anos, que causou a redução dos reservatórios e elevou o nível do despacho das usinas termoelétricas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015 e 2017, o que elevou a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do *Generation Scaling Factor* - Fator de Ajuste da Garantia Física (GSF).

A Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) ajuizou ação com pedido de liminar para expurgar do cálculo do GSF todos os riscos não hidrológicos, a saber: despacho fora da ordem de mérito, importação de energia e, redução da carga das distribuidoras.

Em 02 de julho de 2015, foi concedida liminar em favor da Apine, limitando a exposição da Companhia e de outros geradores ao GSF, até o julgamento do mérito da ação. Essa liminar foi agravada, mas ainda não há provimento sobre este agravio e a liminar ficou estabilizada desde então. A Companhia efetua o provisionamento dos valores efetivamente recebidos referentes à liminar do GSF na rubrica “Fornecedores” (vide nota 13). Em 7 de fevereiro, a juíza da 20ª Vara Federal do Distrito Federal (DF), onde tramita a ação da Apine, proferiu sentença de mérito indeferindo os pedidos da Apine e cassando os efeitos da liminar concedida. A Apine opôs embargos de declaração alegando obscuridade da decisão, na medida em que o juiz não teria modulado os efeitos da cassação da tutela no que diz respeito à manutenção dos efeitos da decisão, no período compreendido entre 1º de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018. Nesse sentido, a Apine requereu que as substituídas da Apine na ação passassem a sofrer os efeitos da mesma a partir da prolação da sentença, mantendo os valores pretéritos escriturados pela Câmera de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) até o transito em julgado final da ação. A Aneel, por sua vez, também opôs embargos de declaração alegando que os geradores já teriam o dinheiro provisionado, argumento este não acolhido pela juíza. Desta forma, em 6 de março de 2018, a juíza da 20ª Vara Federal do Distrito Federal julgou os embargos de declaração opostos pela Apine procedentes, mantendo a modulação dos efeitos da sentença em favor da Apine. Ressalta-se que após a prolação da sentença dos embargos de declaração, a Companhia passou a realizar o pagamento dos valores do impacto do GSF. De toda a forma, o resultado da ação ainda é incerto, pois ainda cabem recursos aos tribunais superiores, portanto não é possível prever o desfecho nas operações futuras da Companhia e sua Controlada.

Em 08 de dezembro de 2015, o governo federal promulgou a Lei 13.203/2015 que apresentou as diretrizes para uma proposta de repactuação do risco hidrológico do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL) como no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), estabelecendo um novo dispositivo legal para repactuar o risco hidrológico dos participantes do MRE por tempo determinado.

Em linhas gerais, a proposta para o ACL oferecia benefício econômico pela compra de energia em 2015, por meio de um alívio dos resultados com a criação de um ativo intangível de parte desse valor.

Além disso, o acordo de repactuação previa uma extensão do período de concessão, equivalente ao valor deste intangível e a aquisição de uma espécie de seguro, na forma de energia de reserva para o período de 2016 a 2018.

Por fim, o acordo exigia a aquisição de um seguro adicional, a título de energia de reserva incremental pelo período de 2019, até o término da concessão. O resultado da aquisição deste seguro incremental e sua utilização, se negativa, também seria objeto de extensão do contrato de concessão.

Como contrapartida, os agentes que aderissem à repactuação do risco hidrológico, tanto no ACR como no ACL, teriam de abrir mão de toda e qualquer disputa judicial em relação ao risco hidrológico no âmbito do MRE.

Com essas premissas e após análises em relação ao valor resultante desta opção e considerando as incertezas em relação ao comportamento das variáveis envolvidas, levaram a Companhia e sua controlada à decisão pela não repactuação.

A Resolução Normativa Aneel nº 764/2017, resultado da Audiência Pública nº 45/2016 promovida pelo regulador, definiu as regras para ressarcimento parcial, dado aos participantes do MRE, do custo da Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM) constantes da Lei 13.203/2015 e importação sem garantia física, alteradas pela Lei 13.360/2016. No entanto, o ressarcimento efetivo de que trata tal normativa ainda depende da aprovação das regras de comercialização para contabilização destes valores pela CCEE, em benefício da Companhia. Espera-se que este regramento seja incorporado ao conjunto de regras de comercialização no início de 2018 com efeito retroativo a abril de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, estava em discussão no âmbito da Audiência Pública da Aneel nº 083/2017 (i) os critérios de elegibilidade para a geração termelétrica despachada por razões de restrições elétricas, a ser considerada no deslocamento de geração hidrelétrica; (ii) tratamento para as inflexibilidades termelétricas declaradas na programação diária e em tempo real; e (iii) tratamento da importação de energia sem garantia física.

Essa audiência pública encerrou em 20 de fevereiro de 2018 e encontra-se em fase de análise das contribuições enviadas à Aneel.

#### **1.4. Liminar de prioridade na liquidação da CCEE**

Em 04 de novembro de 2015, a Abraceel (Associação Brasileira de Agentes Comercializadores de Energia Elétrica) impetrou mandado de segurança em face da Aneel e da CCEE, visando desonerar suas associadas da imputação de ônus provenientes de quaisquer decisões e ações judiciais de que não façam parte.

No dia 06 de novembro de 2015, foi proferida liminar em favor dos associados da Abraceel, dentre os quais a Companhia. Durante a vigência da liminar, os créditos apurados em liquidação no Mercado de Curto Prazo (MCP) na CCEE (depois de expurgados os efeitos dos agentes que possuíam liminar que tratava do Fator GSF e de proteção de terceiros) eram pagos aos agentes abrangidos pelos efeitos da liminar obtida pela Abraceel.

Em 04 de setembro de 2017, foi suspensa a liminar deferida em favor da Abraceel para desonerar os créditos e débitos de seus associados dos efeitos de liminares proferidas em processos de terceiros. Com a suspensão dessa liminar a Companhia deixa de ter o benefício da prioridade na liquidação financeira, e passa a participar igualitariamente aos outros agentes do rateio da liquidação. Várias estratégias judiciais foram utilizadas para restabelecer os efeitos anteriores, todas sem sucesso até o presente momento.

## 1.5. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas

De acordo com o Decreto nº 2.655/1998, a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas do sistema deveria ocorrer a cada 5 anos, iniciando-se em 2003, posteriormente essa revisão foi adiada para 2015 e em seguida para 2016. Em dezembro de 2016, a revisão foi novamente adiada pelo MME para 2018.

Em 4 de maio de 2017 foi publicada a Portaria nº 178/2017 que define os novos valores de garantia física de energia das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018, resultado da revisão ordinária de garantia física de energia. Desta forma, a partir desta data, haverá uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Rio Paranapanema Energia em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de agosto de 2017 foi publicado o despacho Aneel nº 1.943/2017 que homologou os novos parâmetros referentes à repotenciação da UG-04 da UHE Capivara, finalizado em maio/2017, resultando em um aumento de 3,3 MWm da Garantia Física.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do DF em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação da Portaria 178/2017 e para questionar os parâmetros de garantia física das Usinas Canoas I e II e dos parâmetros fixados para as UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância. A Companhia recorreu em ambas e obteve no TRF, em 6 de abril de 2018, a liminar para afastar a aplicabilidade da Portaria 178/2017 em relação às UHEs Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana e, no dia 25 de abril de 2018, a liminar a fim de *“suspender os efeitos da Portaria MME nº 178/2017 na ‘parte que sobejar o percentual de 10% (dez por cento) de redução de garantia física sobre o valor base estabelecido para o ano de 2000 no Primeiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão n. 183/1998”*.

## 1.6. Marco legal do setor elétrico

O Ministério de Minas e Energia (MME) lançou Consultas Públicas (CP) que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro.

A primeira delas, CP MME nº 032, trata dos “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro”, cujo relatório versa sobre a base conceitual do Ministério na elaboração de medidas de aprimoramento para o arcabouço legal, institucional e regulatório do setor que nortearão essa discussão.

A segunda, CP MME nº 033, coloca em consulta as propostas de caráter técnico para meio de documento consolidado e detalhado intitulado “Medidas Legais que Viabilizem o Futuro do Setor Elétrico com Sustentabilidade a Longo Prazo”.

O texto prevê propostas para temas já em discussão no setor, como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, utilização de preço horário, administração da sobrecontratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A terceira, CP MME nº 42, apresenta as “Questões Relativas à Implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo”, através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária. No relatório que permeia a referida consulta, autoridades do setor elétrico reconhecem que é almejado um mercado de energia com regras transparentes e previsíveis, onde o sinal econômico é vetor para a eficiência do mercado, de forma que a abordagem atualmente utilizada de formação de preço por meio de modelos computacionais tenha maior aderência à realidade operativa e seja eficiente na alocação de custos e riscos.

O Ministério declarou que essas iniciativas fazem parte da promoção da transparência e do diálogo que pautam a atuação da pasta.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

### **1.7. Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2018.

## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1. Base de preparação**

#### **Informações financeiras individuais e consolidadas**

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho individual e consolidado da Companhia e sua controlada durante o período intermediário.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017. As correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.1 a 2.23 daquelas demonstrações financeiras.

### **2.2. Consolidação**

#### **Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A Controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de março de 2018, a Companhia mantém o controle da Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., conforme descrito na nota explicativa n.º 10.

### 2.3. Contratos de Concessão

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Controladora	Início da Concessão	Vencimento Concessão
76/1999	Jurumirim	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	101,0	47,0	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Chavantes	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	414,0	177,7	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Salto Grande	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	73,8	55,0	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Capivara	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	627,0	340,8	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Taquaruçu	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	525,0	205,6	22/09/1999	21/09/2029	
76/1999	Rosana	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	354,0	182,7	22/09/1999	21/09/2029	
183/1998	Canoas I	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	82,5	57,0	30/07/1998	29/07/2033	
183/1998	Canoas II	UHE - Hidrelétrica	SP	Paranapanema	72,0	48,0	30/07/1998	29/07/2033	
					<b>2.249,3</b>	<b>1.113,8</b>			

As informações referentes aos contratos de concessão são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

### 2.4. Resoluções Autorizativas

Resolução de Autorização ANEEL	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médio)	Controladora	Início da Autorização	Vencimento Autorização
549/2002	Retiro	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,0	8,1	22/09/1999	10/10/2002	09/10/2032
706/2002	Palmeiras	PCH - Hidrelétrica	SP	Sapucaí	16,5	8,1	22/09/1999	18/12/2002	17/12/2032
					<b>32,5</b>	<b>16,2</b>			

As informações referentes às resoluções autorizativas são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 2.13.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

### 2.5. *Impairment* de ativos não financeiros

A Companhia declara que as informações sobre o *impairment* de ativos não financeiros descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 2.14 daquelas demonstrações financeiras.

## 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritos nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 3 daquelas demonstrações financeiras.

### 3.1. Novos pronunciamentos CPC

#### 3.1.1. CPC 47/IFRS 15

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante dos processos existentes contemplarem os requisitos que devem ser percorridos para a implementação, não haverá impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 47/IFRS 15.

Requisitos	Procedimento anterior	Adequação necessária
i. Aprovação de contrato entre as partes;	Formalização da negociação através de contrato onde partes são devidamente identificadas e, esses contratos, são assinados por responsáveis/representantes das empresas.	Nenhuma
ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial;	Os contratos têm uma minuta padrão que é alinhada à negociação firmada entre as partes, descrevendo detalhadamente as obrigações assumidas.	Nenhuma
iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para	No contrato é informado o valor por MW/m, e a forma de pagamento que deve ser atendida para quitação das faturas emitidas.	Nenhuma
v. Quando for provável a entrada de recursos à medida que a obrigação é cumprida.	Um dos itens detalhados em contrato é a data de pagamento, já é prevista a data de faturamento, diante do suprimento já feito ao cliente.	Nenhuma

### 3.1.2. CPC 48/IFRS 9

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante dos processos existentes contemplarem os requisitos que devem ser percorridos para a implementação, não haverá impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9.

Ativo financeiro	Rio Paranapanema S.A.	Teste SPPI	Efeito de impairment	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Sim	As entidades possuem operações somente com instituições de primeira linha com baixo risco de crédito, por isso, não avaliou perda esperada material.	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado	Sim	As geradoras vendem em ACR a um conjunto de distribuidoras e em mercado de CP, a PLD. Normalmente têm um PMR de aproximadamente 45 dias. Foi também apurado que existem garantias prestadas pelas distribuidoras, apesar de por vezes serem insuficientes para cobrir a totalidade da exposição ao risco de inadimplência. A determinação do modelo de perdas esperadas nas empresas de geração não foi relevante, considerando os seguintes pontos: (i) funcionamento das garantias prestadas pelas distribuidoras/clientes e nível de cobertura de risco das mesmas; (ii) possibilidade de justificar que as garantias dadas pelo sector/SIN cobrem a totalidade do risco de inadimplimento pelas distribuidoras, o que, complementado pelo facto de não existir qualquer histórico de inadimplência, justificaria como adequada uma análise de risco zero ou próximo de zero (posição actual do setor).	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Encargos setoriais	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Debentures	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Empréstimos	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros

## 4. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

As informações sobre fatores de risco descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações nas notas explicativas n.º 4 daquelas demonstrações financeiras, exceto pela análise da sensibilidade e gestão de capital, descritas a seguir:

#### 4.1. Análise da sensibilidade

A Companhia e sua controlada, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de março de 2018 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Focus Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Dívida			Controladora					
Debêntures	Emissão	Indexador	31/03/2018	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(84.522)	(3.929)	(5.620)	(7.311)	(9.002)	(10.692)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(346.919)	(27.475)	(30.684)	(33.894)	(37.103)	(40.312)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(163.208)	(7.981)	(11.245)	(14.509)	(17.773)	(21.038)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(319.968)	(28.349)	(31.309)	(34.269)	(37.228)	(40.188)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(160.464)	(9.628)	(12.837)	(16.046)	(19.256)	(22.465)
	7ª S1	CDI + 0,40% a.a.	(220.337)	(9.694)	(14.102)	(18.508)	(22.915)	(27.322)
	7ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(204.038)	(15.814)	(17.701)	(19.588)	(21.475)	(23.362)
			<b>(1.499.456)</b>	<b>(102.870)</b>	<b>(123.498)</b>	<b>(144.125)</b>	<b>(164.752)</b>	<b>(185.379)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			CDI	795.713	31.830	47.743	63.657	79.571
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(703.743)</b>	<b>(71.040)</b>	<b>(75.755)</b>	<b>(80.468)</b>	<b>(85.181)</b>	<b>(89.893)</b>

Dívida			Consolidado					
Debêntures	Emissão	Indexador	31/03/2017	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
	4ª S1	CDI + 0,65% a.a.	(84.522)	(3.929)	(5.620)	(7.311)	(9.002)	(10.692)
	4ª S2	IPCA + 6,07% a.a.	(346.919)	(27.475)	(30.684)	(33.894)	(37.103)	(40.312)
	5ª S1	CDI + 0,89% a.a.	(163.208)	(7.981)	(11.245)	(14.509)	(17.773)	(21.038)
	5ª S2	IPCA + 7,01% a.a.	(319.968)	(28.349)	(31.309)	(34.269)	(37.228)	(40.188)
	6ª	CDI + 2,00% a.a.	(160.464)	(9.628)	(12.837)	(16.046)	(19.256)	(22.465)
	7ª S1	CDI + 0,40% a.a.	(220.337)	(9.694)	(14.102)	(18.508)	(22.915)	(27.322)
	7ª S2	IPCA + 5,90% a.a.	(204.038)	(15.814)	(17.701)	(19.588)	(21.475)	(23.362)
			<b>(1.499.456)</b>	<b>(102.870)</b>	<b>(123.498)</b>	<b>(144.125)</b>	<b>(164.752)</b>	<b>(185.379)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			CDI	878.776	35.152	52.727	70.302	87.878
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(620.680)</b>	<b>(67.718)</b>	<b>(70.771)</b>	<b>(73.823)</b>	<b>(76.874)</b>	<b>(79.927)</b>

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
IPCA	1,85%	2,78%	3,70%	4,63%	5,55%
CDI	4,00%	6,00%	8,00%	10,00%	12,00%

#### 4.2. Gestão de capital

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Debêntures (vide nota n.º 15)	1.499.456	1.487.694	1.499.456	1.487.694
Caixa e equivalentes de caixa (vide nota n.º 6)	(795.713)	(899.463)	(878.776)	(976.841)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>703.743</b>	<b>588.231</b>	<b>620.680</b>	<b>510.853</b>
Patrimônio líquido	1.779.550	1.693.669	1.779.550	1.693.669
<b>Total do capital</b>	<b>2.483.293</b>	<b>2.281.900</b>	<b>2.400.230</b>	<b>2.204.522</b>

**Índice de alavancagem financeira (%)\*** 28,3 25,8 25,9 23,2

\*Dívida líquida / total do capital

## 5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito conforme quadro abaixo:

Standard & Poor's	Moody's	Caixa e equivalentes de caixa			
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
B	BR-1	793.553	872.724	867.843	938.151
B	-	2.157	26.736	10.930	38.687
*	*	3	3	3	3
		<b>795.713</b>	<b>899.463</b>	<b>878.776</b>	<b>976.841</b>

\* O saldo de R\$ 3 em 31 de março de 2018 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	144	1.578	159	1.597
Aplicações financeiras				
Certificado de depósito bancário - CDB	795.464	897.782	878.330	974.962
Fundo renda fixa	105	103	287	282
	<b>795.713</b>	<b>899.463</b>	<b>878.776</b>	<b>976.841</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários e fundos de investimentos de renda fixa, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 6 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 7. CLIENTES

### 7.1. Composição do saldo

	Controladora			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	101.104	196	101.300	114.686	196	114.882
Contratos de leilão	3.040	-	3.040	3.063	-	3.063
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	23.916	-	23.916	29.163	-	29.163
	<b>128.060</b>	<b>196</b>	<b>128.256</b>	<b>146.912</b>	<b>196</b>	<b>147.108</b>
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	-	(196)	(196)	-	(196)	(196)
	<b>128.060</b>	-	<b>128.060</b>	<b>146.912</b>	-	<b>146.912</b>

	Consolidado					
	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Contratos bilaterais	103.901	324	104.225	117.648	324	117.972
Contratos de leilão	3.040	-	3.040	3.063	-	3.063
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	24.133	-	24.133	29.163	-	29.163
	<b>131.074</b>	<b>324</b>	<b>131.398</b>	<b>149.874</b>	<b>324</b>	<b>150.198</b>
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(70)	(324)	(394)	-	(324)	(324)
	<b>131.004</b>	-	<b>131.004</b>	<b>149.874</b>	-	<b>149.874</b>

## 7.2. Abertura por vencimento dos saldos de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Saldos vincendos	128.060	146.912	131.004	149.874
até 90 dias	-	-	70	-
mais de 365 dias	196	196	324	324
	<b>128.256</b>	<b>147.108</b>	<b>131.398</b>	<b>150.198</b>

## 7.3. Movimentação da estimativa para créditos de liquidação duvidosa (ECLD)

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(196)</b>	<b>(324)</b>
Constituição	-	(70)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>(196)</b>	<b>(394)</b>

A íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR / RECOLHER

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2018		31/12/2017		31/03/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativo</b>								
IRPJ e CSLL	5.150	141	8.903	819	7.354	141	11.093	819
PIS e COFINS	1.212	819	5.367	141	1.212	819	5.367	141
INSS	-	-	-	-	-	1.337	-	1.326
	<b>6.362</b>	<b>960</b>	<b>14.270</b>	<b>960</b>	<b>8.566</b>	<b>2.297</b>	<b>16.460</b>	<b>2.286</b>
<b>Passivo</b>								
IRPJ e CSLL	52.345	-	282.920	-	53.024	-	283.628	-
PIS e COFINS	11.089	-	13.300	-	11.205	-	13.424	-
ICMS	1.138	-	2.021	-	1.138	-	2.021	-
IRRF sobre JSCP	-	-	10.894	-	-	-	10.894	-
Outros	277	-	257	-	318	-	287	-
	<b>64.849</b>	-	<b>309.392</b>	-	<b>65.685</b>	-	<b>310.254</b>	-
<b>Ativo de imposto diferido</b>								
Diferenças temporárias	-	(409.383)	-	(396.255)	-	(409.383)	-	(396.255)
Benefício fiscal	-	(20.453)	-	(21.189)	-	(20.453)	-	(21.189)
Receita diferida	-	(8.390)	-	(8.610)	-	(8.390)	-	(8.610)
<b>Passivo de imposto diferido</b>								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	290.604	-	299.151	-	290.604	-	299.151
Ajuste atuarial plano de pensão	-	3.478	-	3.370	-	3.478	-	3.370
Mais-valia - Investimento em controlada	-	8.859	-	8.856	-	8.859	-	8.856
<b>Ativo de imposto diferido (líquido)</b>	-	<b>(135.285)</b>	-	<b>(114.677)</b>	-	<b>(135.285)</b>	-	<b>(114.677)</b>

A Controlada é optante pelo regime de tributação de lucro presumido.

As variações do saldo de Tributos a Recuperar/Recolher decorrem principalmente pelo pagamento anual dos impostos, ocorridos em janeiro de 2018, estando a íntegra dessas

informações descritas nas notas explicativas 8 e 8.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

### 8.1. Benefício fiscal – Ágio incorporado

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial; segue sua composição:

	Controladora e Consolidado			
			31/03/2018	31/12/2017
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação (vide nota n.º 21.2)	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(245.238)	161.853	(83.385)	(82.649)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>60.168</b>	<b>(39.715)</b>	<b>20.453</b>	<b>21.189</b>

Valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Amortização do ágio	(2.166)	(2.426)
Reversão da provisão	1.430	1.601
Benefício fiscal	736	825
<b>Efeito líquido no período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Realização do benefício fiscal referente ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2018	2019	2020	2021	2022 - 2025	2026 em diante	Total
Realização estimada	2.210	2.630	2.348	2.097	6.367	4.801	<b>20.453</b>

As variações do saldo de Benefício Fiscal – Ágio Incorporado decorrem da movimentação normal do presente período, estando à íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

### 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Ambiental	6.347	6.283
Fiscal:	11.050	10.715
IPTU (Município de Primeiro de Maio)	1.595	1.570
Débitos em disputa referentes à IRRF, IRPJ e CSLL	140	138
Débitos em disputa referentes à PIS, COFINS, IRPJ,CSLL e IOF	9.315	9.007
Tusd-g	34.389	34.021
	<b>51.786</b>	<b>51.019</b>

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais, recursais ou não, não relacionados com as provisões para riscos prováveis, descritos na nota explicativa n.º 18, e todos são atualizados monetariamente.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa n.º 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 10. INVESTIMENTO

### 10.1. Controlada – Valor patrimonial

Empresa controlada	Quantidade de Quotas	Participação Direta (%)	Valor Patrimonial	
			31/03/2018	31/12/2017
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	398.617.358	99,99%	238.272	235.395

### 10.2. Movimentação dos investimentos da Controlada

	<b>Controlada</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>235.395</b>
Equivalência patrimonial	2.876
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>238.272</b>

### 10.3. Informações financeiras da Controlada

	<b>Controlada</b>	
	31/03/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	238.272	235.395
Lucro líquido do período	2.877	20.178
Ativo total	260.707	257.652
Receita líquida do período	8.153	32.798

## 11. IMOBILIZADO

### 11.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de depreciação
			31/03/2018	31/12/2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	213.865	-	213.865	213.865	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.376.266	(1.364.051)	2.012.215	2.049.142	4,4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	454.849	(198.521)	256.328	260.248	3,4%
Máquinas e equipamentos	917.512	(369.599)	547.913	554.031	4,7%
Veículos	7.062	(3.624)	3.438	3.669	13,1%
Móveis e utensílios	1.484	(1.195)	289	299	2,7%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	<b>4.770.363</b>	<b>(1.936.990)</b>	<b>2.833.373</b>	<b>2.880.579</b>	
<b>Em curso</b>					
Terrenos	1.046	-	1.046	1.046	
Reservatórios, barragens e adutoras	590	-	590	589	
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.658	-	1.658	1.658	
Máquinas e equipamentos	90.759	-	90.759	86.190	
Móveis e utensílios	387	-	387	355	
	<b>94.440</b>	<b>-</b>	<b>94.440</b>	<b>89.838</b>	
	<b>4.864.803</b>	<b>(1.936.990)</b>	<b>2.927.813</b>	<b>2.970.417</b>	
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.509)	504	(1.005)	(1.039)	
	<b>4.863.294</b>	<b>(1.936.486)</b>	<b>2.926.808</b>	<b>2.969.378</b>	

	Consolidado				Taxa média anual de depreciação
			31/03/2018	31/12/2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	223.698	-	223.698	223.698	
Reservatórios, barragens e adutoras	3.611.264	(1.387.161)	2.224.103	2.262.233	4,2%
Edificações, obras civis e benfeitorias	493.136	(202.496)	290.640	294.042	3,3%
Máquinas e equipamentos	1.039.265	(386.836)	652.429	659.448	4,5%
Veículos	7.122	(3.669)	3.453	3.686	13,1%
Móveis e utensílios	1.617	(1.230)	387	400	3,5%
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	(200.675)	(200.675)	
	<b>5.175.427</b>	<b>(1.981.392)</b>	<b>3.194.035</b>	<b>3.242.832</b>	
<b>Em curso</b>					
Terrenos	10.740	-	10.740	10.702	
Reservatórios, barragens e adutoras	590	-	590	589	
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.658	-	1.658	2.383	
Máquinas e equipamentos	90.787	-	90.787	86.190	
Móveis e utensílios	387	-	387	355	
	<b>104.162</b>	<b>-</b>	<b>104.162</b>	<b>100.219</b>	
	<b>5.077.001</b>	<b>(1.981.392)</b>	<b>3.095.609</b>	<b>3.140.463</b>	
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.509)	504	(1.005)	(1.039)	
	<b>5.075.492</b>	<b>(1.980.888)</b>	<b>3.094.604</b>	<b>3.139.424</b>	

## 11.2. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Controladora
Terrenos	214.911	-	-	-	-	214.911
Reservatórios, barragens e adutoras	2.049.731	-	(37.099)	-	173	2.012.805
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.906	-	(3.920)	-	-	257.986
Máquinas e equipamentos	640.221	10.732	(10.792)	(1.186)	(303)	638.672
Veículos	3.669	-	(231)	-	-	3.438
Móveis e utensílios	654	32	(10)	-	-	676
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	<b>2.970.417</b>	<b>10.764</b>	<b>(52.052)</b>	<b>(1.186)</b>	<b>(130)</b>	<b>2.927.813</b>
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.039)	-	34	-	-	(1.005)
	<b>2.969.378</b>	<b>10.764</b>	<b>(52.018)</b>	<b>(1.186)</b>	<b>(130)</b>	<b>2.926.808</b>

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação e transferência	Consolidado
Terrenos	234.400	38	-	-	-	234.438
Reservatórios, barragens e adutoras	2.262.822	-	(38.302)	-	173	2.224.693
Edificações, obras civis e benfeitorias	296.425	-	(4.127)	-	-	292.298
Máquinas e equipamentos	745.638	10.790	(11.723)	(1.186)	(303)	743.216
Veículos	3.686	-	(233)	-	-	3.453
Móveis e utensílios	755	33	(14)	-	-	774
(-) Reserva usinas Canoas I e II	(200.675)	-	-	-	-	(200.675)
	<b>3.343.051</b>	<b>10.861</b>	<b>(54.399)</b>	<b>(1.186)</b>	<b>(130)</b>	<b>3.298.197</b>
Reversão parcial de provisão pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(202.588)	-	-	-	-	(202.588)
	<b>3.140.463</b>	<b>10.861</b>	<b>(54.399)</b>	<b>(1.186)</b>	<b>(130)</b>	<b>3.095.609</b>
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(1.039)	-	34	-	-	(1.005)
	<b>3.139.424</b>	<b>10.861</b>	<b>(54.365)</b>	<b>(1.186)</b>	<b>(130)</b>	<b>3.094.604</b>

A despesa incremental de depreciação, calculada sobre os ajustes ao custo atribuído nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017 foi de R\$ 24.542 e R\$ 25.768, respectivamente, as demais informações referentes ao custo atribuído no ativo imobilizado estão descritas na nota explicativa n.º 11.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

Em relação as adições no período de 2018, a principal variação é relacionada à reforma da Usina de Capivara.

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 12. INTANGÍVEL

### 12.1. Composição

	Controladora				Taxa média anual de amortização
			31/03/2018	31/12/2017	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
UBP	53.494	(31.752)	21.742	22.205	3,5%
Renovação de licença operacional (LO)	-	-	-	-	0,0%
Software	32.791	(24.086)	8.705	9.014	8,1%
Servidão de passagem	75	-	75	75	
	<b>86.360</b>	<b>(55.838)</b>	<b>30.522</b>	<b>31.294</b>	
<b>Em curso</b>					
Software	203	-	203	393	
	<b>203</b>	<b>-</b>	<b>203</b>	<b>393</b>	
	<b>86.563</b>	<b>(55.838)</b>	<b>30.725</b>	<b>31.687</b>	
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(2.208)	1.956	(252)	(346)	
	<b>84.355</b>	<b>(53.882)</b>	<b>30.473</b>	<b>31.341</b>	

	Consolidado				Taxa média anual de amortização
			31/03/2018	31/12/2017	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
UBP	53.494	(31.752)	21.742	22.207	3,5%
Renovação de licença operacional (LO)	4.235	(1.529)	2.706	3.059	33,3%
Software	32.855	(24.137)	8.718	9.030	8,2%
Servidão de passagem	264	-	264	262	
	<b>90.848</b>	<b>(57.418)</b>	<b>33.430</b>	<b>34.558</b>	
<b>Em curso</b>					
Software	203	-	203	393	
	<b>217</b>	<b>-</b>	<b>217</b>	<b>407</b>	
	<b>91.065</b>	<b>(57.418)</b>	<b>33.647</b>	<b>34.965</b>	
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(2.208)	1.956	(252)	(346)	
	<b>88.857</b>	<b>(55.462)</b>	<b>33.395</b>	<b>34.619</b>	

### 12.2. Movimentação do ativo intangível

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Controladora
					Valor líquido em 31/12/2018
UBP	22.205	-	(463)	-	21.742
Software	9.407	39	(668)	130	8.908
Servidão de passagem	75	-	-	-	75
	<b>31.687</b>	<b>39</b>	<b>(1.131)</b>	<b>130</b>	<b>30.725</b>
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(346)	-	94	-	(252)
	<b>31.341</b>	<b>39</b>	<b>(1.037)</b>	<b>130</b>	<b>30.473</b>

	Valor líquido em 31/12/2017	Consolidado			
		Adições	Amortização	Reclassificação e transferência	Valor líquido em 31/12/2018
UBP	22.207	-	(463)	(2)	21.742
Renovação de licença operacional (LO)	3.059	-	(353)	-	2.706
Software	9.423	39	(671)	130	8.921
Serviço de passagem	276	-	-	2	278
	<b>34.965</b>	<b>39</b>	<b>(1.487)</b>	<b>130</b>	<b>33.647</b>
(-) Obrigações especiais (vide nota 19)	(346)	-	94	-	(252)
	<b>34.619</b>	<b>39</b>	<b>(1.393)</b>	<b>130</b>	<b>33.395</b>

A íntegra das informações relacionadas está descrita na nota explicativa n.º 12 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

### 13. FORNECEDORES

	Controladora					
	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	700.228	-	700.228	638.443	-	638.443
Materiais e serviços contratados	6.641	-	6.641	8.797	-	8.797
Encargos de uso da rede elétrica	12.987	18.282	31.269	12.662	17.568	30.230
Tust	11.883	-	11.883	11.538	-	11.538
Tusd-g	1.094	18.282	19.376	1.114	17.568	18.682
Encargos de conexão	10	-	10	10	-	10
	<b>719.856</b>	<b>18.282</b>	<b>738.138</b>	<b>659.902</b>	<b>17.568</b>	<b>677.470</b>

	Consolidado					
	31/03/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	717.496	-	717.496	654.603	-	654.603
Materiais e serviços contratados	7.186	-	7.186	9.609	-	9.609
Encargos de uso da rede elétrica	13.025	18.282	31.307	12.703	17.568	30.271
Tust	11.883	-	11.883	11.538	-	11.538
Tusd-g	1.132	18.282	19.414	1.155	17.568	18.723
Encargos de conexão	10	-	10	10	-	10
	<b>737.707</b>	<b>18.282</b>	<b>755.989</b>	<b>676.915</b>	<b>17.568</b>	<b>694.483</b>

Na rubrica de suprimento de energia elétrica está registrado o efeito de R\$ 558.820 na Controladora e R\$ 564.135 no Consolidado (R\$ 465.978 e R\$ 470.764 respectivamente, em 31 de dezembro de 2017), referente ao recebimento da CCEE relativo à liminar sobre o GSF concedida à Apine, conforme descrito na nota explicativa n.º 1.3.

Não ocorreram novos eventos referentes à discussão judicial da revisão dos valores a serem pagos por conta da Tusd-g, sendo que o saldo está apresentado líquido dos depósitos judiciais no passivo não circulante, estando à íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

### 14. PARTES RELACIONADAS

#### 14.1. Transações e saldos

A Companhia possui contratos de compartilhamento de despesas com a Sociedade controladora Rio Paranapanema Participações. O saldo a receber de partes relacionadas destes contratos em 31 de março de 2018 é de R\$ 550 (R\$ 700 em 31 de dezembro de 2017).

A partir de 2018, de acordo com o Despacho Aneel n.º 91 de 16 de janeiro de 2018, a Companhia passou a fazer parte do contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda. e suas subsidiárias, seguindo as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016.

Na medida em que clientes da Companhia e sua controlada necessitam de garantias em operações comerciais, a Rio Paranapanema Participações fornece tais garantias, cujo montante, em 31 de março de 2018, é de R\$ 55.057 e R\$ 1.806 respectivamente (R\$ 144.870 e R\$ 3.629 em 31 de dezembro de 2017). As demais transações relevantes com partes relacionadas referem-se à distribuição dos dividendos e JSCP. O Controlador indireto final é a China Three Gorges Corporation, a empresa de energia estatal chinesa.

#### 14.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chaves da Administração:

			<b>Consolidado</b>	
			<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores			819	4.587
Benefícios pós-emprego			35	69
Conselho fiscal			271	259
			<b>1.125</b>	<b>4.915</b>

A redução no período refere-se a reestruturação organizacional da Companhia.

### 15. DEBÊNTURES

#### 15.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/03/2018					
				Circulante			Não Circulante		
4 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.350	1.172	84.522	-	-	-
4 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	13.927	13.927	250.000	82.992	332.992
5 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	3.933	83.592	79.683	(67)	79.616
5 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	17.736	17.736	240.000	62.232	302.232
6 <sup>a</sup>	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.000	464	160.464	-	-	-
7 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	1.220	1.220	220.000	(883)	219.117
7 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	1.071	1.071	200.000	2.967	202.967
				<b>323.009</b>	<b>39.523</b>	<b>362.532</b>	<b>989.683</b>	<b>147.241</b>	<b>1.136.924</b>

  

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	Controladora e Consolidado					
				31/12/2017					
				Circulante			Não Circulante		
4 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	83.350	3.223	86.573	-	-	-
4 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	-	8.910	8.910	250.000	79.407	329.407
5 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	79.659	1.028	80.687	79.683	(167)	79.516
5 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	-	12.380	12.380	240.000	58.934	298.934
6 <sup>a</sup>	Única	Variação CDI + 2,00% ao ano	10/09/2018	160.000	4.032	164.032	-	-	-
7 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,40% ao ano	15/08/2020	-	4.488	4.488	220.000	(1.039)	218.961
7 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	3.103	3.103	200.000	703	200.703
				<b>323.009</b>	<b>37.164</b>	<b>360.173</b>	<b>989.683</b>	<b>137.838</b>	<b>1.127.521</b>

#### 15.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Debêntures	179.535	319.787	313.344	212.617	111.641	<b>1.136.924</b>

### 15.3. Movimentação

	4ª Emissão		5ª Emissão		6ª Emissão		7ª Emissão		Total
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	Série Única	Série 1	Série 2		
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>86.573</b>	<b>338.317</b>	<b>160.203</b>	<b>311.314</b>	<b>164.032</b>	<b>223.449</b>	<b>203.806</b>	<b>1.487.694</b>	
<b>Movimentação das debêntures</b>									
Amortização de custos de transação	39	19	100	71	199	156	94	678	
Apropriação de juros	1.463	5.017	2.905	5.356	3.384	3.745	2.887	24.757	
Apropriação de variação monetária	-	3.566	-	3.227	-	-	2.171	8.964	
Pagamento de juros	(3.553)	-	-	-	(7.151)	(7.013)	(4.920)	(22.637)	
	<b>(2.051)</b>	<b>8.602</b>	<b>3.005</b>	<b>8.654</b>	<b>(3.568)</b>	<b>(3.112)</b>	<b>232</b>	<b>11.762</b>	
<b>Saldo em 31 de Março de 2018</b>	<b>84.522</b>	<b>346.919</b>	<b>163.208</b>	<b>319.968</b>	<b>160.464</b>	<b>220.337</b>	<b>204.038</b>	<b>1.499.456</b>	

As principais variações do saldo de Debêntures foram resultantes da apropriação contábil dos juros e variação monetária compensados pagamento de juros da 4ª (série 1), 6ª (série única) e 7ª (série 1 e 2) emissões ocorridas ao longo do período,

As demais variações decorrem da movimentação normal do período, estando as informações relacionadas descritas na íntegra na nota explicativa n.º 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

### 15.4. Covenants financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“covenants”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

### 15.5. Covenants não financeiros

A Controladora cumpriu todas as cláusulas restritivas (“covenants”) previstas nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas encontram-se descritas na nota explicativa n.º 16.5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 16. CIBACAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA BACIA CAPIVARA

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Circulante	890	890
Não circulante	10.032	9.881
	<b>10.922</b>	<b>10.771</b>

A íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa n.º 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 17. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

Para o período findo em 31 de março de 2018, não ocorreram mudanças nas premissas utilizadas nas avaliações atuariais.

No quadro a seguir, encontra-se demonstrada a despesa apurada e reconhecida no período (vide nota explicativa n.º 24):

**Despesa/(receita) do período reconhecida no resultado do trimestre**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/03/2017</b>
Custo do serviço corrente	541	751
Juros sobre obrigação atuarial	6.370	6.375
Rendimento esperado do ativo do plano	(7.126)	(6.904)
Juros sobre a restrição do ativo	730	503
	<b>515</b>	<b>725</b>

A íntegra dessas informações descrita na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

**18. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS**

A Companhia declara que as informações sobre estimativas envolvendo riscos de perda revisados por nossos consultores jurídicos externos como provável e possível descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa nº 20 daquelas demonstrações financeiras.

**18.1. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais**

**18.1.1 Composição**

			<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Provisões líquidas</b>	<b>Provisões líquidas</b>
Trabalhistas	12.936	(2.883)	10.053	10.520
Fiscais	18.090	(821)	17.269	17.168
Ambientais	6.137	(167)	5.970	5.918
	<b>37.163</b>	<b>(3.871)</b>	<b>33.292</b>	<b>33.606</b>

	<b>Consolidado</b>			
			<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Provisões líquidas</b>	<b>Provisões líquidas</b>
Trabalhistas	13.461	(2.908)	10.553	11.006
Fiscais	18.090	(821)	17.269	17.168
Ambientais	6.137	(167)	5.970	5.918
	<b>37.688</b>	<b>(3.896)</b>	<b>33.792</b>	<b>34.092</b>

#### 18.1.2 Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais

	<b>Controladora</b>			
	<b>Trabalhista</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>10.520</b>	<b>17.168</b>	<b>5.918</b>	<b>33.606</b>
<b>Contingências</b>				
Provisões do período	116	-	-	116
Reversões do período	(851)	-	(12)	(863)
Atualizações de contingências	275	114	64	453
	<b>(460)</b>	<b>114</b>	<b>52</b>	<b>(294)</b>
<b>Depósitos judiciais</b>				
Atualizações monetárias	(31)	(13)	-	(44)
Baixas	24	-	-	24
	<b>(7)</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>	<b>(20)</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>10.053</b>	<b>17.269</b>	<b>5.970</b>	<b>33.292</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Trabalhista</b>	<b>Fiscal</b>	<b>Ambiental</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>11.006</b>	<b>17.168</b>	<b>5.918</b>	<b>34.092</b>
<b>Contingências</b>				
Provisões do período	116	-	-	116
Reversões do período	(851)	-	(12)	(863)
Atualizações de contingências	289	114	64	467
	<b>(446)</b>	<b>114</b>	<b>52</b>	<b>(280)</b>
<b>Depósitos judiciais</b>				
Atualizações monetárias	(31)	(13)	-	(44)
Baixas	24	-	-	24
	<b>(7)</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>	<b>(20)</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>10.553</b>	<b>17.269</b>	<b>5.970</b>	<b>33.792</b>

#### 18.2. Contingências possíveis

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Trabalhistas	17.522	17.024	17.522	17.268
Fiscais	142.616	141.557	142.616	141.557
Ambientais	27.137	26.431	27.137	26.431
Regulatórias	98.601	97.378	98.601	97.378
Cíveis	7.147	8.487	7.147	8.487
	<b>293.023</b>	<b>290.876</b>	<b>293.023</b>	<b>291.120</b>

A íntegra das informações relacionadas descrita na nota explicativa nº 20.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (\*)

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Provenientes do ativo imobilizado (vide nota n.º 11)		
Doações de equipamentos - ONS	521	527
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	484	512
	<b>1.005</b>	<b>1.039</b>
Provenientes do ativo intangível (vide nota n.º 12)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D - Software	252	346
	<b>1.257</b>	<b>1.385</b>

(\*) Obrigações vinculadas à concessão

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 20. ENCARGOS SETORIAIS

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	<b>Controladora</b>					
	<b>31/03/2018</b>			<b>31/12/2017</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	11.044	-	11.044	10.897	-	10.897
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	462	-	462	470	-	470
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	11.556	9.239	20.795	13.237	7.713	20.950
	<b>23.062</b>	<b>9.239</b>	<b>32.301</b>	<b>24.604</b>	<b>7.713</b>	<b>32.317</b>

	<b>Consolidado</b>					
	<b>31/03/2018</b>			<b>31/12/2017</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Total</b>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	11.044	-	11.044	10.897	-	10.897
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	469	-	469	477	-	477
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	11.556	9.239	20.795	13.237	7.713	20.950
	<b>23.069</b>	<b>9.239</b>	<b>32.308</b>	<b>24.611</b>	<b>7.713</b>	<b>32.324</b>

Vide comentários adicionais na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1. Capital Social

Em 31 de março de 2018, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.355.580, sendo R\$ 785.193 em ações ordinárias e R\$ 1.570.387 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 839.138 (R\$ 839.138 em 31 de dezembro de 2017) dividido em 94.433.283 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentas e oitenta e três) ações, sendo 31.477.761 (trinta e um milhões, quatrocentas e

setenta e sete mil, setecentas e sessenta e uma) ações ordinárias e 62.955.522 (sessenta e dois milhões, novecentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Posição Acionária em 31/03/2018 (Em ações unitárias)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
<b>Acionistas</b>						
Rio Paranapanema Participações S.A.	31.180.725	99,06	59.655.272	94,76	90.835.997	96,19
Vinci Gas Dividendos Fundo de Investimento em ações	2.800	0,01	1.004.601	1,60	1.007.401	1,07
Demais pessoas físicas e jurídicas	294.236	0,93	2.295.649	3,65	2.589.885	2,74
	<b>31.477.761</b>	<b>100,00</b>	<b>62.955.522</b>	<b>100,01</b>	<b>94.433.283</b>	<b>100,00</b>

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.1 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 21.2. Reservas de Capital

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Ágio na subscrição de ações	468	468
Conta cisão	(6.418)	(6.418)
Ágio na incorporação de sociedade controladora (vide nota n.º 8.2)	103.838	103.838
Pagamento baseado em ações	1.720	1.720
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Duke Energy Int. Geração Sapucaí-Mirim Ltda.	17.196	17.196
	<b>116.804</b>	<b>116.804</b>

## 21.3. Reservas de Lucros

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Reserva legal	150.471	150.471
Plano de pensão	6.761	6.551
	<b>157.232</b>	<b>157.022</b>

## 21.4. Lucros acumulados

### a) Composição de lucros acumulados

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	
Lucro líquido no período	85.671	
Depreciação (custo atribuído)	24.542	
Baixas (custo atribuído)	598	
IRPJ/CSLL diferidos (custo atribuído)	(8.548)	
	<b>102.263</b>	

**b) Composição de dividendos e JSCP a pagar**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/03/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Dividendos propostos	122.649	122.649
Juros sobre capital próprio a pagar	1.768	64.874
Dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital em custódia	1.534	1.489
	<b>125.951</b>	<b>189.012</b>

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 23.4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

**21.5. Ajustes de avaliação patrimonial**

	<b>Controladora e Consolidado</b>
	<b>Custo atribuído</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>713.150</b>
<b>Realização dos ajustes de avaliação patrimonial</b>	
Depreciação	(24.542)
Baixa	(598)
IRPJ/CSLL diferidos	8.548
	<b>(16.592)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>696.558</b>

As baixas apresentadas refletem itens registrados a partir da aplicação do custo atribuído no ativo, pela adoção inicial do IFRS.

**21.6. Outros resultados abrangentes**

	<b>Controladora e Consolidado</b>
	<b>Plano de pensão</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(132.445)</b>
<b>Resultado abrangente</b>	
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido	318
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(108)
	<b>210</b>
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos - CPC 33 (R1)	(210)
<b>Saldo em 31 de março de 2018</b>	<b>(132.445)</b>

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Suprimento de energia elétrica</b>				
Contratos bilaterais	289.061	320.458	297.260	327.738
Contratos de leilões	8.852	8.999	8.852	8.999
Mercado de curto prazo - MCP	23.223	71.664	23.289	72.286
Mecanismo de realocação de energia - MRE	17.279	10.018	17.470	10.025
	<b>338.415</b>	<b>411.139</b>	<b>346.871</b>	<b>419.048</b>
Outras receitas	140	139	140	138
	<b>338.555</b>	<b>411.278</b>	<b>347.011</b>	<b>419.186</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>				
PIS e COFINS	(31.084)	(33.650)	(31.387)	(33.939)
ICMS	(3.184)	(5.421)	(3.184)	(5.421)
P&D	(3.178)	(3.520)	(3.178)	(3.520)
	<b>(37.446)</b>	<b>(42.591)</b>	<b>(37.749)</b>	<b>(42.880)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>301.109</b>	<b>368.687</b>	<b>309.262</b>	<b>376.306</b>

## 23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

### 23.1. Energia elétrica vendida

	Controladora			
	31/03/2018		31/03/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.739.750	289.061	1.827.338	320.458
Contratos de leilões	54.484	8.852	57.014	8.999
Mercado de curto prazo - MCP	40.167	23.223	475.030	71.664
Mecanismo de realocação de energia - MRE	1.463.418	17.279	1.035.426	10.018
	<b>3.297.819</b>	<b>338.415</b>	<b>3.394.808</b>	<b>411.139</b>

	Consolidado			
	31/03/2018		31/03/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	1.773.029	297.260	1.857.114	327.738
Contratos de leilões	54.484	8.852	57.014	8.999
Mercado de curto prazo - MCP	40.167	23.289	478.952	72.286
Mecanismo de realocação de energia - MRE	1.479.495	17.470	1.036.702	10.025
	<b>3.347.175</b>	<b>346.871</b>	<b>3.429.782</b>	<b>419.048</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

A tabela a seguir resume os volumes em MWh de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Controladora		Controlada	
	MWm (*)		MWm (*)	
	2018	2017	2018	2017
<b>Energia disponível para venda</b>	<b>981</b>	<b>1.031</b>	<b>16</b>	<b>16</b>
ACR	25	25	-	-
2016 (3 anos)	25	25	-	-
ACL	794	725	15	15
Contratos bilaterais de venda de energia	816	873	15	15
Contratos bilaterais de compra de energia	22	148	-	-
<b>Energia livre para contratação</b>	<b>162</b>	<b>281</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Percentual de energia contratada</b>	83,5%	72,8%	94,1%	97,2%

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

### 23.2. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora			
	31/03/2018		31/03/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	47.542	7.303	-	-
Mercado de curto prazo - MCP	-	-	-	164
	<b>47.542</b>	<b>7.303</b>	-	<b>164</b>

	Consolidado			
	31/03/2018		31/03/2017	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	47.542	7.303	-	-
Mercado de curto prazo - MCP	4.102	787	113	148
Mecanismo de realocação de energia - MRE	392	(40)	4.731	75
	<b>52.036</b>	<b>8.050</b>	<b>4.844</b>	<b>223</b>

(\*) Não revisado pelos auditores independentes

O saldo de energia elétrica comprada para revenda teve aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido a estratégia adotada pela Companhia para mitigação da exposição financeira causada por risco hidrológico no exercício de 2018.

### 23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Tust	27.702	26.141	27.702	26.141
Tusd-g	2.858	2.790	2.980	2.907
Encargos de conexão	23	61	23	61
	<b>30.583</b>	<b>28.992</b>	<b>30.705</b>	<b>29.109</b>

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 25.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
<b>Receitas</b>				
Aplicações financeiras	12.614	19.988	13.836	21.602
Variações monetárias	1.245	2.390	1.284	2.440
Depósitos judiciais	1.245	2.390	1.284	2.440
Juros e descontos obtidos	75	144	91	174
	<b>13.934</b>	<b>22.522</b>	<b>15.211</b>	<b>24.216</b>
<b>Despesas</b>				
Juros debêntures	(24.757)	(29.339)	(24.757)	(29.339)
Juros empréstimos	-	(7.821)	-	(7.821)
Variações monetárias	(22.054)	(12.554)	(22.355)	(12.591)
Debêntures	(8.964)	(6.645)	(8.964)	(6.645)
Tusd-g	(1.377)	(2.389)	(1.377)	(2.389)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	(453)	(631)	(467)	(645)
Atualização monetária de referente a liminar GSF	(10.963)	(2.611)	(11.250)	(2.634)
Outras	(297)	(278)	(297)	(278)
Despesas plano de pensão (vide nota n.º 17)	(515)	(725)	(515)	(725)
Outras despesas financeiras	(1.659)	(1.797)	(1.671)	(1.803)
	<b>(48.985)</b>	<b>(52.236)</b>	<b>(49.298)</b>	<b>(52.279)</b>
	<b>(35.051)</b>	<b>(29.714)</b>	<b>(34.087)</b>	<b>(28.063)</b>

## 25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	31/03/2018			31/03/2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>						
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b>32.018</b>	<b>11.526</b>	<b>43.544</b>	<b>48.162</b>	<b>17.338</b>	<b>65.500</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Amortização encargo credor inflacionário	(565)	18	(547)	(565)	18	(547)
Despesas indevidáveis	334	74	408	575	74	649
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	(7)	(3)	(10)	177	64	241
Equivalência de controladas	(719)	(259)	(978)	(785)	(283)	(1.068)
Outros	(11)	(7)	(18)	(28)	(4)	(32)
<b>IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>31.050</b>	<b>11.349</b>	<b>42.399</b>	<b>47.536</b>	<b>17.207</b>	<b>64.743</b>
IRPJ e CSLL correntes	46.282	16.833	63.115	55.230	19.977	75.207
IRPJ e CSLL diferidos	(15.232)	(5.484)	(20.716)	(7.694)	(2.770)	(10.464)
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>31.050</b>	<b>11.349</b>	<b>42.399</b>	<b>47.536</b>	<b>17.207</b>	<b>64.743</b>
Alíquota efetiva	24,2%	8,9%	33,1%	24,7%	8,9%	33,7%

	Consolidado					
	31/03/2018			31/03/2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>128.772</b>			<b>193.461</b>		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação</b>	<b>32.193</b>	<b>11.589</b>	<b>43.782</b>	<b>48.365</b>	<b>17.411</b>	<b>65.776</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Amortização encargo credor inflacionário	(565)	18	(547)	(565)	18	(547)
Despesas indedutíveis	334	74	408	575	74	649
Diferenças temporárias no resultado anos anteriores	(7)	(3)	(10)	-	-	-
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	306	157	463	373	165	538
Outros	(729)	(266)	(995)	(28)	(4)	(32)
<b>IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>31.532</b>	<b>11.569</b>	<b>43.101</b>	<b>48.720</b>	<b>17.664</b>	<b>66.384</b>
IRPJ e CSLL correntes	46.764	17.053	63.817	55.806	20.215	76.021
IRPJ e CSLL diferidos	(15.232)	(5.484)	(20.716)	(7.694)	(2.770)	(10.464)
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>31.532</b>	<b>11.569</b>	<b>43.101</b>	<b>48.112</b>	<b>17.445</b>	<b>65.557</b>
Alíquota efetiva	24,5%	9,0%	33,5%	25,2%	9,1%	34,3%

A Controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

As variações dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido decorrem da movimentação normal do presente período, estando a íntegra dessas informações descrita na nota explicativa n.º 8.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 26. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/03/2018	31/03/2017
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Preferenciais	57.114	85.269
Ordinários	28.557	42.635
	<b>85.671</b>	<b>127.904</b>
<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b>		
Preferenciais	62.955	62.955
Ordinários	31.478	31.478
	<b>94.433</b>	<b>94.433</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Preferenciais	<b>0,90721</b>	<b>1,35443</b>
Ordinários	<b>0,90721</b>	<b>1,35443</b>

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017 permanecem válidas para esse ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa n.º 29 daquelas demonstrações financeiras.

## 27.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do Valor Justo	31/03/2018		31/12/2017	
			Valor Contábil	Valor a Mercado	Valor Contábil	Valor a Mercado
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	878.776	878.776	976.841	976.841
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	131.004	131.004	149.874	149.874
			<b>1.009.780</b>	<b>1.009.780</b>	<b>1.126.715</b>	<b>1.126.715</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Nível 2	737.707	737.707	676.915	676.915
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros passivos financeiros	Nível 2	125.951	125.951	189.012	189.012
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	Nível 2	32.308	32.308	32.324	32.324
Debêntures	Outros passivos financeiros	Nível 2	1.499.456	1.516.566	1.487.694	1.503.699
			<b>2.395.422</b>	<b>2.412.532</b>	<b>2.385.945</b>	<b>2.401.950</b>

A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício de 2017 e no período de três meses, findos em 31 de março de 2018. Também não há exposição a variações cambiais e em moeda estrangeira, por não manter tais operações.

## 27.2. Risco de liquidez

Emissão	Série	Remuneração	Controladora e Consolidado					
			Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
4 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,65 % ao ano	-	86.241	-	-	-	86.241
4 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	-	20.157	21.410	170.980	293.134	505.681
5 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,89 % ao ano	-	85.565	84.497	-	-	170.062
5 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 7,01 % ao ano	-	21.045	127.939	248.882	-	397.866
6 <sup>a</sup>	Única	Variação CDI + 2,00 % ao ano	-	-	166.740	-	-	166.740
7 <sup>a</sup>	1	Variação CDI + 0,40 % ao ano	-	-	14.612	246.190	-	260.802
7 <sup>a</sup>	2	Variação IPCA + 5,90 % ao ano	-	-	12.331	25.718	250.841	288.890
			<b>-</b>	<b>213.008</b>	<b>427.529</b>	<b>691.770</b>	<b>543.975</b>	<b>1.876.282</b>

## 28. SEGUROS

	Limite Máximo de Indenização em R\$ milhares		
	Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018	Vigência 29/12/2016 à 04/08/2017	Vigência 31/12/2015 à 31/12/2016
Risco operacional	2.000.000	2.000.000	1.955.000
Responsabilidade civil	110.000	110.000	19.550
Lucro cessante	1.137.596	-	1.730.865

Vide comentários adicionais na nota explicativa n.º 30 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2017.

## 29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Dividendos e JSCP propostos	-	316.649
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	16.592	72.768
Reclassificação dos ganhos atuariais líquidos	210	1.269
Imposto diferido sobre plano de pensão	108	654

## 30. COMPROMISSOS

### 30.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Controladora e sua controlada possuem contratos bilaterais para venda de energia negociados até o ano de 2027; e para os contratos de leilões até o ano de 2018.

## 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 31.1. Debêntures – 8ª. emissão de Debêntures

Em 15 de março de 2018 a Companhia captou R\$ 320.000 (trezentos e vinte milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 8ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. As liberações efetivas dos recursos oriundos das primeira e segunda séries ocorreram em 20 de abril de 2018 e não houveram juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos.

A emissão foi realizada em duas séries, sendo que a primeira é composta de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 5 (cinco) anos e a segunda é composta de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 07 (sete) anos, totalizando assim 320.000 (trezentos e vinte mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2018 ("RD"); (ii) da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de abril de 2018 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 18 de janeiro de 2018 e; (iv) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2017 ("AGE) que aprovou proposta apresentada pelo Banco Bradesco S.A.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados integralmente para pagamento: (i) principal da segunda parcela de amortização das debêntures da primeira série da quinta emissão da Companhia; (ii) principal da terceira parcela de amortização das debêntures da primeira série da quarta emissão da Companhia; (iii) principal da parcela única de amortização das debêntures da sexta emissão da Companhia.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas ("covenants") previstas na escritura da quinta emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de quarta, quinta e sexta emissões com exceção para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).

Os juros remuneratórios da oitava emissão de debêntures da primeira série correspondem a 106,75% da taxa CDI. As debêntures da segunda série serão atualizadas pela variação do IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,50% a.a.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Funchal, nº 418, 29º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.03.2018 e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.03.2018”.

São Paulo, 14 de maio de 2018.

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho  
Diretor Executivo de Relações com Investidores  
Rio Paranapanema Energia S.A.

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

Yinsheng Li  
Presidente

Yujun Liu  
Membro Efetivo

Evandro Leite Vasconcelos  
Membro Efetivo

Eliseu Nogueira de Andrade  
Membro Efetivo

Narciso Meschiatti Filho  
Membro Suplente

### Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro  
Presidente

François Moreau  
Conselheiro Efetivo

Marcelo Curti  
Conselheiro Efetivo

Ary Waddington  
Conselheiro Suplente

Edgard Massao Raffaelli  
Conselheiro Suplente

Murici dos Santos  
Conselheiro Suplente

### Diretoria Estatutária

Yinsheng Li  
Diretor Executivo Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho  
Diretor Executivo Financeiro, Administrativo e de Informática  
e Diretor Executivo de Relações com Investidores

Carlos Alberto Dias Costa  
Diretor Executivo de Operações

João Luis Campos da Rocha Calisto  
Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Planejamento Energético

Plautius Soares André Filho  
Diretor Executivo Comercial

Rodrigo Teixeira Egreja  
Diretor de Controladoria

Narciso Meschiatti Filho  
Contador - 1SP-101290/O-0